



## SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE FALA DO SUBALTERNO E O PAPEL DO INTELLECTUAL: NOTAS CRÍTICAS ACERCA DA REFLEXÃO DE SPIVAK<sup>1</sup>

*Lúcio Vasconcellos de Verçoza<sup>2</sup>*

Artigo submetido em: out./2015 e aceito em: jan./2016

### RESUMO

O presente texto aborda algumas posturas teóricas de Gayatri Spivak sobre o tema do sujeito subalterno e da atuação intelectual contra-hegemônica. Situado no campo das possibilidades de debater as referidas questões, o presente trabalho retoma passagens do diálogo de Spivak com Foucault e Deleuze, tendo o intuito de problematizá-lo de modo crítico.

**Palavras-chave:** Subalternidade; Colonialismo Epistêmico; Contra-Hegemonia.

### ABOUT THE (IM)POSSIBILITY OF SPEAKING OF THE SUBALTERN AND THE ROLE OF THE INTELLECTUAL: CRITICAL NOTES ABOUT SPIVAK'S REFLECTION

### ABSTRACT

The present text approaches some Gayatri Spivak's theoretic positions about the theme of the subaltern subject and the contra-hegemonic intellectual actuation. Situated in the field of the possibilities of approaching the referred questions, the present work retakes passages from Spivak's dialogue with Foucault and Deleuze, trying to put it in doubt in a critical way.

**Keywords:** Subalternity; Knowledge Colonialism; Contra-Hegemony.

### INTRODUÇÃO

Quando Spivak discutiu a (im)possibilidade de fala do subalterno, em *Pode o Subalterno Falar?* (2010), estava abrindo caminho para questionar a própria fala do intelectual das Ciências Sociais. Isso porque, subjacentes à questão que intitula o livro, estão outras como: Pode o intelectual emitir palavras pelo subalterno ou em seu nome? O intelectual pode dar voz ao sujeito subalterno silenciado? Diante da impossibilidade de fala do

<sup>1</sup> Este texto é uma versão, com pequenas alterações, do artigo apresentado no III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, realizado em 2012, em São Carlos.

<sup>2</sup> Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Endereço eletrônico: [luciovercoza@yahoo.com.br](mailto:luciovercoza@yahoo.com.br)



subalterno, qual a atitude do intelectual que pretende se colocar no campo contra-hegemônico?

É no contexto dessas reflexões que Spivak tece severas críticas a determinadas posições teóricas de Foucault e Deleuze, dialogando sobretudo com o texto *Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze* (FOUCAULT, 2004). Dentre as críticas podemos destacar três questões imbricadas que, em nossa leitura, fundamentam o contraponto desenvolvido por Spivak: 1) a forma como os dois autores pensam o sujeito subalterno, em especial o do Terceiro Mundo<sup>3</sup>; 2) como problematizam a fala do intelectual e sua relação com o hegemônico e com o subalterno; 3) sobre a atitude ou papel do intelectual.

É por meio da reflexão atravessada por essa problemática que Spivak anuncia a *impossibilidade* de fala do sujeito subalterno – ao mesmo tempo em que abre novas *possibilidades* de leituras sobre a temática. Situado no campo das possibilidades de abordar as referidas questões, o presente trabalho objetiva retomar passagens do diálogo de Spivak com Foucault e Deleuze, tendo o intuito de problematizá-lo.

## 2 QUAL SUBALTERNO?

Ao adentrarmos a (im)possibilidade de fala do subalterno cabe uma questão que antecede: quem é o subalterno? Spivak demonstra ter discordâncias em relação a Foucault e Deleuze nesse aspecto inicial. Utilizando como referência a conversa entre os respectivos autores em *Os intelectuais e o poder* (FOUCAULT, 2004), Spivak identifica que existem dois “sujeitos em revolução” para eles: um “maoísta” e o outro “a luta dos trabalhadores”, caracterizados por ela como “monolíticos e anônimos” (SPIVAK, 2010, p. 22).

Retomando a leitura da conversa entre Foucault e Deleuze encontramos a seguinte passagem numa das falas de Foucault sobre como este concebe os sujeitos em revolução:

Esta descontinuidade geográfica de que você fala [referindo-se a Deleuze] significa talvez o seguinte: quando se luta *contra a exploração* é o proletariado que não apenas conduz a luta, mas define os alvos, os métodos, os lugares e os instrumentos de luta; aliar-se ao proletariado é unir-se a ele em suas posições, em sua ideologia; é aderir aos motivos de seu combate; é fundir-se com ele. Mas se é *contra o poder* que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria. E iniciando esta luta – que é a luta deles – de que conhecem perfeitamente o alvo e de que podem determinar o método, eles entram no *processo revolucionário*. Evidentemente como aliado do proletariado pois, se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista. Eles servem realmente à causa da revolução proletária lutando precisamente onde a

<sup>3</sup> Para nos mantermos mais fiéis à terminologia utilizada por Spivak, optamos por manter o termo Terceiro Mundo em detrimento do termo Países Capitalistas Periféricos.



opressão se exerce sobre eles. As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte atualmente do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. E, na medida em que devem combater todos os controles e coerções que produzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado. [...] O que dá generalidade a luta é o próprio sistema do poder, todas as suas formas de exercício e aplicação [grifos nossos] (FOUCAULT, 2004, p. 77-78).

Essa passagem revela que o processo revolucionário pensado por Foucault não seria desencadeado pela ação de grupos maoístas ou pelo exclusivismo da luta dos trabalhadores, pois, para o autor, o alvo da luta não deve ser a exploração, mas o poder (que abarca inclusive a luta contra a exploração). Para Foucault, “o que dá generalidade à luta é o próprio sistema do poder” (FOUCAULT, 2004, p. 78). Desse modo, os sujeitos subalternos (ou sujeitos da revolução) não seriam exclusivamente os trabalhadores em luta, seriam “todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável” (Idem). Em nossa leitura, esse seria o sujeito subalterno em Foucault: “as mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes nos hospitais, os homossexuais” (ibidem), os trabalhadores... enfim, “todos aqueles a quem o poder se exerce como abuso”. No tipo de processo revolucionário descrito não existiria uma vanguarda proletária nem uma direção maoísta.

Com isso, encontramos em Foucault sujeitos subalternos distintos daqueles identificados por Spivak. Mas, isto não inviabiliza por completo a crítica que a autora faz a Foucault e Deleuze no tocante ao fato de eles desconsiderarem, ao longo da conversa, a divisão internacional do trabalho (SPIVAK, 2010, p. 23), e, portanto, deixam de se aprofundar na heterogeneidade de formas de exploração e poder em nível global, além das relações assimétricas de poder entre diferentes países. Em suma, Spivak questiona se esse sujeito subalterno em Foucault e Deleuze não seria apenas o subalterno da Europa, ou, para ser mais preciso, o da Europa Ocidental, ou ainda, o sujeito subalterno do intelectual ocidental europeu. Spivak indaga em tom irônico: “Por que tais oclusões deveriam ser aprovadas precisamente por aqueles intelectuais que são nossos melhores profetas da heterogeneidade e do Outro?” (Idem, 24). A autora diverge da concepção de sujeito subalterno em Foucault e em Deleuze ao mesmo tempo em que inicia a reflexão sobre a prática discursiva do intelectual no bojo da expansão geopolítica e epistemológica do imperialismo Ocidental<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Adiante discutiremos a questão do papel do intelectual.



A crítica de Spivak à ideia de sujeito subalterno em Foucault e Deleuze é aprofundada quando aborda a recusa destes ao conceito de ideologia<sup>5</sup>. Para a autora, esta recusa geraria uma relação mecânica entre interesse e desejo que, segundo Spivak, impossibilita a ideia de contradição constitutiva do sujeito, acarretando reintrodução “do sujeito indivisível no discurso do poder” (Ibidem, p.29) que tem como corolário uma reiteração, ainda que de forma não intencional e em outros moldes, do sujeito universal homogeneizado que os mesmos autores objetivam se contrapor.

Na contramão dessa leitura está o texto de Robert Young (2005) sobre a máquina desejante. Segundo Young, a ideia de máquina desejante, criticada por Spivak, é um exercício teórico de pensar o desejo de forma não essencializada. Nesta perspectiva, o desejo é pensado como conexão, como algo que se produz na relação. Logo, diferentes formações sociais terão diferentes nuances de agenciamento do desejo.

Ao afirmar que Foucault e Deleuze não admitem a ideia de contradição constitutiva do sujeito, Spivak, numa nota de rodapé, relaciona esta questão também à recusa da hipótese repressiva por Foucault:

Não é surpresa, portanto, que os trabalhos de Foucault, tanto os mais antigos quanto os mais recentes, estejam apoiados em uma noção de repressão tão simplista. Neste caso, o antagonista é Freud, ao invés de Marx. “Tenho a impressão de que (a noção de repressão) é completamente inadequada para a análise de mecanismos e efeitos do poder que hoje é tão amplamente usada para caracteriza-lo.” (PK, p.92) [Spivak está citando Foucault] A delicadeza e sutileza da sugestão de Freud – de que sob repressão a identidade fenomenal dos efeitos é indeterminada porque algo desagradável pode ser desejado como prazer, e pode, portanto, reinscrever radicalmente a relação entre desejo e “interesse” – parece um tanto esvaziada aqui (SPIVAK, 2010 p. 29).

Em nossa interpretação, Spivak insinua que esta recusa da hipótese repressiva estaria relacionada a sua incompatibilidade com o sujeito sem contradição constitutiva presente em Foucault. Ou seja: aceitar a hipótese repressiva implicaria aceitar a relação contraditória que pode existir entre interesse e desejo. Por outro lado, Foucault demonstra no texto *A Hipótese Repressiva* (2005) que sua recusa está ligada à opção por desnaturalizar a sexualidade (no bojo da sexualidade podemos incluir o desejo), pois, para o autor o poder não reprime a sexualidade, porque admitir essa hipótese é admitir uma sexualidade dada *a priori* e naturalizada. Por isso, Foucault rejeita a hipótese repressiva. Para ele os dispositivos de poder não reprimem nada, eles criam, disciplinam e codificam.

<sup>5</sup> Spivak não está se referindo à ideologia como falsa consciência; a autora está se remetendo a um conceito de ideologia mais próximo ao de Gramsci.



Portanto, Spivak desconsidera alguns importantes argumentos que fundamentam a recusa de Foucault à hipótese repressiva. Assim como simplifica a ideia de máquina desejante desconsiderando a possibilidade de essa ideia abarcar as particularidades de diferentes localidades.

### 3 ACERCA DA PRÁTICA DISCURSIVA DO INTELLECTUAL

Em relação ao fato de o intelectual falar pelo outro, ou pelo subalterno, Deleuze afirma o seguinte durante sua conversa com Foucault:

A meu ver, você foi o primeiro a nos ensinar – tanto nos seus livros como no domínio da prática – algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros. Quero dizer que se ridicularizava a representação, dizia-se que ela tinha acabado, mas não se tirava a conseqüência desta conversão “teórica”, isto é, que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias (FOUCAULT, 2005, p.72).

Neste aspecto, Spivak tem acordo com Foucault e Deleuze, não somente por ser uma indignidade falar pelo outro, nem tampouco pela recusa à representação,<sup>6</sup> para ela não existe possibilidade do outro, ou o subalterno, falar nos textos dos intelectuais porque a intermediação desse outrem, que é o intelectual, já demonstra como não existe caráter dialógico na fala do subalterno.

O texto *Foucault: o silêncio dos sujeitos*, escrito por José Carlos Bruni, expressa bem a atitude que Foucault toma em relação à voz do outro:

Mas Foucault não visa dar voz à loucura, no sentido de construção de um repertório enunciado dos loucos. Não visa dar voz à loucura, mas descrever o dispositivo racional que concretamente a constitui como objeto. Por mais respeito que tenha pelo louco, por mais que sinta na loucura a expressão de uma experiência trágica do mundo (aliás, cuidadosamente dissolvida pela razão), jamais o discurso de Foucault constitui o louco como sujeito, de cujos direitos ou de cuja teoria de libertação seria o porta-voz. Não há “identificação” com o sujeitado, não se pensa no lugar do e pelo o sujeitado. Foucault recusa-se a “representar” as vítimas da opressão, no sentido preciso de constituí-las imaginariamente em sujeitos de uma possível ação de libertação. É como se dissesse: “a sua própria liberdade os constituirá em sujeitos por meio de sua própria ação e saber” (BRUNI, 2006, p. 37-38)

Para Foucault, o que interessa é demonstrar os mecanismos de poder que constroem os sujeitados. Não existe em Foucault a intenção de falar pelo subalterno – no sentido daquele que sabe o interesse dos subalternos – nem de tentar fazer com que o subalterno fale por meio

<sup>6</sup> É válido sublinhar que Spivak não abandona por completo a ideia de representação em sua teoria; a autora retoma o Marx do *18 Brumário* (2002) para problematizar os dois sentidos que podem ser atribuídos à representação e a questão do projeto de consciência de classes e transformação da consciência de classe como algo descontínuo. Esse resgate possibilita o contraponto de Spivak ao sujeito que, para a autora, é sem contradição constitutiva em Foucault e Deleuze.



dele, como sendo uma correia de transmissão do que o subalterno diz para ele. Como sinaliza Bruni, para Foucault “não se trata, pois, de simplesmente retornar à fala viva do sujeito dominado, ou de ouvir deslumbrado a pureza de sua diferença, mas de analisar os mecanismos de poder da Ciência” (BRUNI, 2006, p.42).

Apesar de Spivak concordar com Foucault e Deleuze no que diz respeito ao falar pelo subalterno, ainda existem divergências tanto na questão da possibilidade de fala do subalterno, quanto na reflexão sobre outros aspectos do papel do intelectual. Spivak concorda que o intelectual deve ter uma atitude “de analisar todos os mecanismos de poder da Ciência” (Idem), mas, acha que Foucault e Deleuze não fizeram uma análise radical que os levassem a enxergar a sua própria cumplicidade com esses mecanismos de poder, com o hegemônico e com a colonização epistemológica.<sup>7</sup>

Sobre a possibilidade de fala do subalterno vejamos os seguintes trechos do diálogo entre Foucault e Deleuze sobre os intelectuais e o poder:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o *dizem* muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. [...] O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. [...] Luta não para uma “tomada de consciência” (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia) [...] [grifo nosso] (FOUCAULT, 2004 p. 71)

Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem *fala e age*? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que *fala ou age*. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação da teoria, ação de prática em relação de revezamento ou em rede [grifos nossos] (DELEUZE apud FOUCAULT, 2004, p. 71).

Para Spivak, essas “massas que sabem e dizem muito bem”, que “falam e agem” segundo Deleuze e Foucault, podem até ser os subalternos do maio de 1968, em Paris, mas não o subalterno do Terceiro Mundo, pois essa concepção não contempla, por exemplo, as viúvas de uma determinada região da Índia. A fala que emerge da abolição do *sati*<sup>8</sup> pelos britânicos é se referindo a “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”. Em oposição está o seguinte argumento indiano nativo: “As mulheres realmente

<sup>7</sup> Spivak se apoia em Derrida para problematizar de forma mais aprofundada a cumplicidade da prática discursiva do intelectual com o hegemônico.

<sup>8</sup> Ritual indiano de autoimolação das viúvas.





queriam morrer” (SPIVAK, 2010, p. 94). A fala dessas mulheres nunca aparece e nem pode aparecer por meio de uma prática discursiva do intelectual, como já foi discutido anteriormente.

Retornando à divergência de Spivak no que tange à reflexão sobre o lugar de onde o intelectual teoriza, articulada à questão da fala do subalterno, achamos válido transcrever o seguinte trecho:

[...] os oprimidos podem saber e falar por si mesmos [referindo-se a fala de Foucault e Deleuze]. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo. Além disso, os intelectuais, os quais não são nenhum desses S/sujeitos tornam-se *transparentes* nessa “corrida de revezamento”, pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam (sem analisar) o funcionamento do (Sujeito inominado irreduzivelmente pressuposto pelo) poder e desejo. [grifo nosso] (SPIVAK, 2010, p. 44)

Nesse trecho, Spivak critica Foucault e Deleuze pela postura de “não representante ausente que deixa os oprimidos falarem por si mesmos” (Idem, p.94). Com isso ela quer indicar que, quando os referidos autores – que negam a representação – fazem uma analítica do poder e desejo, desenvolvem declarações sobre o sujeito (ou sujeitado) como se não criassem uma representação (ou discurso) que esmaga de alguma forma o próprio sujeito, em especial o sujeito não europeu. Essa cumplicidade com o hegemônico é ainda mais agravada pela ideia de transparência do intelectual. Ou seja: o intelectual (na concepção de Foucault), por sua opção teórica e política, pela analítica do poder e desejo, não estaria nem na posição de opressor nem de oprimido, apenas de intelectual analista que revela os regimes de poder e verdade enquanto deixa que os subalternos falem por si mesmos, pois os subalternos já sabem e já falam.

#### 4 O PAPEL DO INTELECTUAL NO CAMPO CONTRA-HEGEMÔNICO

No artigo intitulado *Foucault: o silêncio dos sujeitos*, Bruni chama a atenção para a questão do interesse de Foucault se voltar para a “ordem social pensada em sua complexidade como sociedade disciplinar”, e ainda na tentativa de “reconstruir em seus múltiplos micromecanismos, mas sem remeter à exposição do que é a um dever-ser” (2006, p. 39). Em nossa interpretação, Foucault aponta o que é, sinalizando implicitamente o que não se deve ser. De fato, não existe uma proposta de “dever-ser” em Foucault nos moldes da tradição marxista, que aponta algumas diretrizes de um programa para emancipação humana. No limite, poderíamos afirmar que existe uma proposta de “dever-ser” nas lutas do ponto de vista



tático e estratégico, como vimos na primeira citação, feita no texto, de sua conversa com Deleuze, quando argumentam que o alvo não deve ser a exploração, mas, sim, o poder.

Dezoito anos após sua conversa com Foucault, Deleuze, entrevistado por Toni Negri, ouviu a seguinte pergunta: “[...] Na utopia marxiana dos Grundrisse, o comunismo se configura justamente como uma organização transversal de indivíduos livres, sobre uma base técnica que lhe garante as condições. O comunismo ainda é pensável? Na sociedade da comunicação ele é menos utópico que antes?” (DELEUZE, 2004). Deleuze responde Negri da seguinte forma:

É certo que entramos em sociedades de “controle”, que já não são mais exatamente disciplinares. [...] Você pergunta se a sociedade de controle ou da comunicação não suscitarão formas de resistência capazes de dar novas oportunidades a um comunismo como “organização transversal de indivíduos livres”. Não sei, talvez. Mas isso não dependeria de as minorias retomarem a palavra. Talvez a fala, a comunicação já estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle.

Essa entrevista foi realizada num momento histórico em que Deleuze já havia imaginado a chegada da sociedade de controle. Nesse contexto, a fala do subalterno ganha um outro sentido: ela é subvertida. A fala, por ser algo concebido como expressão para um outro que deve escutá-la, na sociedade de controle é facilmente controlada e incorporada pelos dispositivos de poder e de sujeição. Nesse contexto, Deleuze sugere um desvio da fala, “vacúolos de não-comunicação”. Provavelmente, essas sementes de “dever-ser” no âmbito das resistências, jogadas ao ar por Deleuze, foram algumas das fontes de inspiração para coletivos que se autodenominam autônomos e que tentam subverter a fala por meio do terrorismo poético, que, muitas vezes, é realizado com o anonimato do emissor das mensagens<sup>9</sup>. Ou, ainda, a ânsia de “criação de vacúolos de não-comunicação”, levou Hakim Bey a propor as “Zonas Autônomas Temporárias”, que, ao serem descobertas, devem ser desfeitas para renascerem em outro lugar num nomadismo sem fim.<sup>10</sup>

A despeito de Spivak demonstrar que não se propõe a recusar a “difícil tarefa de realizar uma produção ideológica contra-hegemônica” (SPIVAK, 2010, p.30), ela não aponta precisamente o “dever-ser” desse tipo de produção ideológica. Assim como Foucault e Deleuze, a autora aponta muito mais o como não deve ser do que o “dever-ser”. A questão do intelectual e da produção contra-hegemônica em Spivak difere deveras das concepções

<sup>9</sup> O filme *Edukators* (2004), dirigido por Hans Weingartner, ilustra argutamente exemplos de terrorismo poético.

<sup>10</sup> Hakim Bey fala que a revolução não deve ser mais a pauta; o ápice da luta é o levante, que é desfeito após ser realizado para renascer mais à frente constituindo, assim, um ciclo interminável.





propostas por Gramsci<sup>11</sup>. Para Gramsci, o intelectual orgânico de uma classe não é necessariamente aquele que está na academia ou na direção do partido<sup>12</sup>, por exemplo, pode ser até um analfabeto que organiza os trabalhadores para a luta e “educa-os” (GRAMSCI, 1978). O cerne da discussão de Spivak é a produção intelectual contra-hegemônica feita no interior da academia. Mesmo reconhecendo os inúmeros limites da possibilidade de prática discursiva contra-hegemônica feita pelo intelectual acadêmico, Spivak não recusa essa tarefa. Em tempos difíceis como os de hoje (no qual o mero reformismo soa como algo altamente “revolucionário”!), pensar e falar seriamente sobre a possibilidade de produção intelectual contra-hegemônica, ainda que de modo deveras limitado, já é uma forma de ação contra-hegemônica.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste pequeno texto, retomamos rapidamente o percurso das críticas feitas por Spivak – no livro *Pode o subalterno falar?* (2010) – a Foucault e Deleuze. A partir desse itinerário, passeamos pelos pontos em que esses autores se afastam e se aproximam. Em alguns momentos, Spivak cria imagens discursivas que colocam Foucault e Deleuze a milhas de distância de sua perspectiva teórica, todavia, com um olhar mais atento, percebemos que, em muitas situações, essa distância é de centímetros. Em decorrência dos inúmeros pontos que aproximam esses autores, as críticas de Spivak podem ser lidas como simples “fogo amigo” e, justamente por isso, supostamente não mereceriam a nossa atenção. Mas, apesar dos momentos de confluência teórica disfarçados de divergência, a autora tece algumas críticas relevantes no que tange ao tema do sujeito subalterno e da perspectiva de produção intelectual contra-hegemônica.

Ainda que ela traga essa importante contribuição ao debate, sua crítica apresenta o mesmo limite presente nos autores que a mesma questiona, qual seja: o de conceber a atividade intelectual subalterna quase que exclusivamente sobre a forma teórica, o que leva a desconsiderar, em larga medida, que o texto teórico implica consequências práticas. A articulação entre esses dois planos – teórico e prático – é fundamental para pensarmos (e construirmos) uma atividade intelectual contra-hegemônica de carne e osso, que ultrapasse a mera contemplação. Quando essa questão não é encarada como crucial, o intelectual que se pretende situado no campo subalterno, corre um grande risco de acreditar na ilusão de que basta fazer “a crítica da crítica crítica” para ruir o campo hegemônico, mas é preciso lembrar

<sup>11</sup> Ainda que Spivak se apoie em Gramsci em alguns aspectos.

<sup>12</sup> Gramsci via o partido como principal instrumento para revolução, mas não o único.



que a hegemonia não é algo meramente abstrato, ela se realiza no mundo concreto, e é nesse mundo concreto que a contra-hegemonia é construída.

## REFERÊNCIAS

BEY, Hakim. **TAZ- Zona Autônoma Temporária**. Coleção Baderna. Editora Conrad do Brasil, 2001.

BRUNI, Carlos José. O silêncio dos sujeitos. In: **O Legado de Foucault**. ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard; SCAVONE, Lucila (Orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2006. P. 33-44.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2004. P 219-226

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004

\_\_\_\_\_. A Hipótese Repressiva In: **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YOUNG, Robert. O Colonialismo e a Máquina Desejante. In: **Desejo Colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo: Perspectiva, 2005. P. 195-221.